

WEEKEND

Maria Mineiro: Vão ser investidos 126 milhões de euros no país no próximo ciclo dos EEA Grants

Portugal recebe há 30 anos dinheiro oriundo da Noruega, Islândia e Liechtenstein através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, conhecido por EEA Grants. As verbas têm sido aplicadas em projetos tão distintos como restauro de filmes, investigação científica ou formação de mulheres para serem líderes. Além de terem um efeito multiplicador, estes projetos têm também estreitado as relações entre Portugal e os países doadores, diz Maria Mineiro, coordenadora dos EEA Grants Portugal. Atualmente, decorrem as negociações para o sexto ciclo de financiamento.

Portugal recebe há 30 anos dinheiro oriundo da Noruega, Islândia e Liechtenstein através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, conhecido por EEA Grants. Este mecanismo nasceu do acordo do Espaço Económico Europeu, assinado no Porto, em 1992, e que entrou em vigor em 1994. As verbas têm sido aplicadas em projetos tão distintos como restauro de filmes, investigação científica ou formação de mulheres para serem líderes. Além de terem um efeito multiplicador, estes projetos têm também estreitado as relações entre Portugal e os países doadores, diz Maria Mineiro, coordenadora dos EEA Grants Portugal. E há um interesse crescente em fazer negócios e parcerias com entidades portuguesas. Atualmente, decorrem as negociações para o sexto ciclo de financiamento.

Nestas três décadas, em que é que Portugal beneficiou com este mecanismo financeiro? Em termos práticos, como é que esse dinheiro foi aplicado?

Os EEA Grants têm desempenhado um papel crucial em áreas prioritárias, nomeadamente, para aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas em Portugal, reforçando a investigação científica. Temos um número elevado de patentes na área do oceano que foram registadas devido a projetos dos EEA Grants. Por outro lado, também houve um grande enfoque na área da economia circular aplicada ao setor da construção e ao dos plásticos. A descarbonização da sociedade e o combate às alterações climáticas também foram áreas trabalhadas. Depois, em relação à cultura, tivemos a recuperação e a salvaguarda do património cultural, o desenvolvimento de atividades artísticas, promovendo pontes entre artistas portugueses, da Noruega, da Islândia e do Liechtenstein, e também promovendo o empreendedorismo e a gestão cultural. Na área da igualdade de género, tivemos projetos de promoção da boa governança, de combate à violência doméstica e à violência contra as mulheres e também para a conciliação entre a vida profissional e familiar. Ao nível do apoio à sociedade civil, que é um fundo autónomo gerido diretamente pela Gulbenkian em parceria com a Fundação Bissaya Barreto, houve um enfoque no fortalecimento dos valores democráticos, na defesa dos direitos humanos e também no trabalho junto de grupos mais vulneráveis.

Essas áreas foram definidas por quem?

Todos os mecanismos financeiros iniciam-se com um período de negociação entre os países parceiros e a própria União Europeia e, neste caso, com Portugal. Há uma definição bilateral das áreas temáticas consideradas prioritárias. Em Portugal, temos a tarefa facilitada porque estamos a encerrar o atual ciclo de financiamento, o quinto, e os resultados que atingimos foram muito interessantes. É fácil aos países parceiros perceberem o interesse nestas áreas e quererem continuar a desenvolver parcerias.



Na área do mar, foram criados 160 postos de trabalho graças a projetos apoiados pelos EEA Grants.

Como é que se pode concluir que os resultados são positivos e o dinheiro foi bem aplicado?

Há alguns exemplos de obras realizadas. A construção da linha da Alameda do Metropolitano de Lisboa é uma delas. Mas também o restauro de edifícios históricos na paisagem de Sintra, como é o caso do Chalet da Condessa d'Edla. Na ilha Terceira, a Central Geotérmica do Pico

Alto permitiu tornar a ilha mais sustentável do ponto de vista económico e também do ponto de vista ambiental... Temos vários projetos emblemáticos que foram apoiados por mecanismos financeiros anteriores. Outro exemplo é o navio Mário Ruivo [um navio de investigação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera], que foi adquirido no âmbito do mecanismo financeiro anterior e que, no atual mecanismo financeiro, houve uma compra de equipamentos, que permitiu realizar mais campanhas oceanográficas. De facto, na área do mar, foram criados 160 postos de trabalho graças a projetos apoiados pelos EEA Grants. Temos também inovações que foram fundamentais para o progresso em diversas áreas, como as microalgas, bastante estudadas a nível internacional, nomeadamente em Portugal e na Noruega, e que têm múltiplas utilizações na área alimentar, na cosmética e nos medicamentos. No ambiente, também temos 48 empregos criados nestas áreas da economia circular, do combate às alterações climáticas e da descarbonização da sociedade. E foram criadas 12 reservas da Biosfera em território nacional.



Há um efeito multiplicador nestes investimentos?

Exatamente. Este ciclo que está a encerrar produziu estes resultados. No fundo, capacitámos um conjunto de pessoas a trabalharem nas reservas, as patentes que foram criadas vão levar a mais investigação em determinados domínios, os postos de trabalho estão lá...; são tudo efeitos dos EEA Grants, que vão continuar muito para lá do período de financiamento.

Também a cultura tem casos de sucesso, como o projeto FILMar, desenvolvido pela Cinemateca portuguesa em parceria com a Cinemateca de Oslo e que levou à digitalização de mais de 10 mil minutos de obras cinematográficas. Foram feitas mais de 500 exibições em Portugal e também na Noruega e na Islândia em cineclubes, cinematecas, festivais nacionais e internacionais, junto de escolas... É um projeto que continua muito para lá do próprio mecanismo financeiro, porque esses filmes foram digitalizados, foram recuperados e continuam a ser exibidos.

Os países que estão a pôr dinheiro nestes projetos, de alguma forma, também beneficiam desta relação com Portugal?

Sem dúvida. A maioria dos projetos apoiados tiveram uma ligação a uma entidade pública, privada ou a uma universidade de um país doador, maioritariamente da Noruega. Depois, o próprio fundo de relações bilaterais, que funciona à parte dos programas, mas que permitiu neste ciclo financiar 117 iniciativas, obrigatoriamente, tem de ter um parceiro de um dos países doadores, em todas as iniciativas que apoia.

“

Neste momento, estamos a desenvolver um "matchmaking" entre os portos portugueses e os portos da Noruega.

Houve um aprofundar da relação, por exemplo, entre Portugal e a Noruega, ao longo destes 30 anos, por conta deste mecanismo financeiro?

Sou coordenadora do mecanismo financeiro dos EEA Grants em Portugal há três anos e noto uma diferença muito positiva. Neste momento, estamos a desenvolver um "matchmaking" entre os portos portugueses e os portos da Noruega, para criar um conjunto de soluções inovadoras neste setor, e temos tido muitas empresas norueguesas interessadas em vir a Portugal para conhecer um conjunto de entidades portuguesas na área da digitalização e dos portos. Isso é fruto do trabalho feito ao longo dos últimos 30 anos. Na Islândia, está a ser desenvolvida uma parceria, neste mês de março, entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial português (INPI) e o Instituto congénere, na Islândia. As duas entidades estão a trocar experiências e ideias sobre um conjunto de boas práticas, ferramentas e políticas públicas que possam contribuir para reduzir as disparidades de género dentro da propriedade industrial. Temos outra iniciativa, muito divertida, que aconteceu há um mês - o Moot court - que é um tribunal simulado, feito tipicamente pelos alunos de direito ou de relações internacionais, como atividade extracurricular, para quando entrarem no mercado de trabalho terem mais à-vontade com as temáticas e a dinâmica existente em tribunal.

E há negócios que se criam a partir desses contactos?

Há várias oportunidades de negócio, há conhecimentos, parcerias e as relações vão sendo criadas e vão crescendo. Isso é muito útil nesta fase em que estamos a preparar e a pensar no próximo mecanismo financeiro. É muito útil que as pessoas já se conheçam e já tenham contactos, porque quando abrir uma "call" para determinada área, podem pensar num projeto em conjunto.



Neste momento, o que está a ser negociado concretamente? É só o valor que vai ser aplicado no próximo ciclo, ou também as áreas?

Já temos o montante do sexto ciclo de financiamento. Vamos ter 126 milhões de euros investidos em Portugal, um aumento expressivo face ao atual mecanismo, que tem 102,7 milhões de euros. Estamos muito satisfeitos porque as prioridades temáticas elencadas pelos países parceiros envolvem a transição verde na Europa, a democracia, o Estado de direito democrático, a inclusão social e a resiliência, que são temas que estão na ordem do dia. Os países parceiros doadores criaram o chamado Blue Book em setembro do ano passado, que identifica as áreas prioritárias para este mecanismo financeiro. Tem cerca de 20 áreas prioritárias. Foi feito um convite para que todos os países beneficiários pudessem olhar para essas áreas atentamente e perceber quais são as que desejariam manter, retirar, acrescentar, etc. Fizemos esse exercício, a nível interno e, com base nos resultados no atual ciclo de financiamento, considerámos que era útil manter as áreas temáticas – economia azul, ambiente, cultura, igualdade de género. E pretendemos alargar a área da igualdade de género a questões na área da justiça, nomeadamente, relacionadas com o acesso à justiça e

os serviços prisionais. Por outro lado, há duas áreas transversais e que devem existir em todos os programas, a igualdade e a digitalização. Já sabemos que teremos estes 126,2 milhões de euros alocados a Portugal, mas precisamos de saber de que forma esse dinheiro vai ser distribuído por cada área. É nessa fase que estamos.

O que é que os doadores ganham com este mecanismo, além de poderem aceder ao mercado único da União Europeia?

Há um intercâmbio muito grande em todas as áreas. Não é só no mar por ser área prioritária. Dei-lhe o exemplo dos portos e também o da economia circular aplicada ao setor da construção. Mas, por exemplo, na área da igualdade de género, tivemos em 2023 uma delegação portuguesa que foi a Reykjavik, na Islândia, conhecer o sistema das "better working hours", as melhores horas de trabalho. Eles não têm implementada uma semana de trabalho de quatro dias, mas têm um conceito de "better working hours", então fomos aprender com eles as vantagens e as desvantagens desse modelo. Depois a Comissão para a Igualdade de Género (CIG) produziu um documento que poderá ser útil caso essa venha a ser uma prioridade a nível governamental. Há um grande trabalho que é feito em articulação, em múltiplas áreas.



Ao nível da cultura, qual o grande benefício para o país?

A área da cultura teve dois eixos principais. O da salvaguarda do património cultural costeiro e um eixo de apoio às artes, que permitiu criar um conjunto de pontes e de intercâmbios entre artistas portugueses e da Noruega, Islândia e Liechtenstein. Estas ligações entre artistas e espetáculos foram feitas em territórios de baixa densidade em Portugal; tinha essa obrigatoriedade. E criou uma forte ligação com as comunidades. Houve mais de 100 mil visitantes, entre visitantes dos vários edifícios que foram recuperados e também destes espetáculos que foram criados, e foram criados mais de 100 postos de trabalho. Esta dupla componente acabou por funcionar muito bem e mantém-se esta aposta para o próximo ciclo.

E porquê o património cultural costeiro?

Por causa da ligação com o mar. No próprio projeto que referi – o FILMar –, as obras cinematográficas que foram digitalizadas têm como temática o mar. O mar desempenha um fator muito importante por causa da ligação entre Portugal e a Noruega.

Pode haver aqui um efeito de continuidade, tendo em conta que as áreas se mantêm?

Em teoria, sim. Ainda não sabemos as regras do próximo mecanismo financeiro. Mas, por exemplo, no caso do navio Mário Ruivo, o navio de investigação foi adquirido no âmbito do mecanismo financeiro e depois o equipamento foi adquirido no âmbito do mecanismo subsequente. Há essa possibilidade. E os próprios resultados alcançados pelos EEA Grants têm impactos muito duradouros, que vão muito para lá do próprio mecanismo financeiro em questão.

“

53% das mulheres que frequentaram a primeira edição do projeto Promova, na Nova SBE, subiram na hierarquia das suas empresas para lugares de chefia.

Isso acontece mais na investigação científica?

Acontece com todas as áreas. No programa da igualdade de género, há um projeto que se chama Promova, que pretende identificar e desenvolver talentos femininos com potencial de liderança. A primeira edição foi apoiada no âmbito dos EEA Grants e levou um conjunto de mulheres a inscreverem-se. Este projeto, que decorreu na Nova SBE, fez com que essas mulheres, com base nesse curso com componentes de liderança, tenham subido na carreira. Neste momento, vamos para a sexta edição do Promova, que já é completamente sustentável. Só a primeira edição é que foi financiada no âmbito dos EEA Grants e levou a resultados tão interessantes que há um conjunto de mulheres que continuam a candidatar-se para fazer o curso. Até agora, 53% das mulheres que frequentaram a formação subiram na hierarquia das suas empresas para lugares de chefia.

A geopolítica e a forma como o mundo está a mudar interfere, de alguma forma, nestas negociações?

As prioridades temáticas do próximo mecanismo financeiro estão todas elencadas no chamado Blue Book, trabalhado diretamente pelos países parceiros, e depois partilhado com todos. Estas prioridades temáticas incluem a transição verde na Europa, a democracia, o Estado de direito democrático, os direitos humanos e a própria inclusão social. As preocupações deles estão, obviamente, ligadas aos temas que estão na ordem do dia.



Este afastamento da administração americana da Europa pode vir a ter um efeito agregador, no sentido em que pode levar estes três países a quererem juntar-se ainda mais à União Europeia, até como forma de defesa?

Acho que estas relações já têm vindo a ser fortalecidas. No fundo, estamos todos ligados enquanto Europa. Um dos grandes lemas dos EEA Grants é tornarmo-nos cada vez mais numa Europa mais verde, mais competitiva e mais inclusiva a longo prazo. Portanto, esses valores estão lá, desde o início dos EEA Grants. Estamos completamente focados em continuar a trabalhar nesse sentido.

Qual foi, para si, o projeto mais transformador?

São todos extremamente interessantes e importantes. Mas dado o meu "background" da área da cultura, o FILMar mexeu muito comigo. Estamos a falar de mais de 10 mil minutos de filmes, de obras cinematográficas que, se não fossem digitalizadas, seriam perdidas. Foi graças a este projeto que se descobriu que houve um filme norueguês rodado em Portugal, julgo que em 1910, na mata do Bussaco, e que foi encontrado na Biblioteca Nacional de Oslo. Há várias histórias e preciosidades que são descobertas aquando da digitalização de uma obra ou aquando da exibição de algum filme. Este projeto não para de nos surpreender. Mesmo agora, no âmbito do Fundo de Relações Bilaterais, estamos a apoiar uma iniciativa que se chama FilmSchool, para permitir que cada vez mais crianças desenvolvam a paixão pelo cinema e que tenham mais conhecimento sobre arte cinematográfica. É um projeto que permite tornar as pessoas mais informadas, mais esclarecidas, com mais poder e isso é sempre muito importante.



[VER COMENTÁRIOS](#)

SABER MAIS

[EEA Grants](#) [Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu](#) [Maria Mineiro](#) [Portugal](#) [Noruega](#) [Islândia](#)
[Liechtenstein](#) [economia](#) [cultura, igualdade de género](#) [mar](#) [ciência](#) [projetos](#)